

A ESCOLA E O ENSINO SOB A SUSPEIÇÃO DO DEOPS NO TEMPO DE VARGAS (1930-1945)

Bolsista: Fernanda Franchini (FEUSP)

Programa: PIC/FEUSP (sem bolsa)

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Diana Vidal (FEUSP)

RESUMO

Este relatório trata do trabalho de pesquisa a respeito da vigilância política do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS-SP) sob instituições de Ensino, em meio às determinações do Governo de Getúlio Vargas.

No início, este trabalho baseou-se na viabilização de um inventário de tipologias provenientes da relação entre política, repressão e ensino, da análise dos perfis dos acusados e das estratégias desta polícia na elaboração das acusações de crimes políticos relativas aos ambientes escolares.

A partir do contato com os prontuários policiais referentes às muitas instituições, no exercício de formulação do foco de pesquisa, receberam destaque aqueles relativos às *escolas estrangeiras*¹, das quais são identificados os casos: das que haviam sido fechadas e seus professores expulsos do país, caracterizadas como “comunistas”; e também, de outras, que não foram fechadas, mesmo que acusadas de associação com os governos “nazista” e “fascista” que estavam em vigor na Alemanha e Itália, respectivamente, mas que passaram por intervenção policial e educacional, sob pena de nacionalizarem suas práticas de ensino.

Deste modo, os últimos meses de pesquisa foram dedicados à análise dos prontuários relativos a uma destas últimas instituições (Instituto Médio Dante Alighieri), de alguns de seus professores e funcionários, com o intuito de procurar compreender a dinâmica de serem incriminados, no contexto do alinhamento do Brasil com os Aliados em fins da Segunda Guerra Mundial, por

¹ São chamadas de escolas estrangeiras tanto as diretamente ligadas a órgãos estrangeiros (consulados, associações de imigrantes) como também, escolas apenas dirigidas por imigrantes.

suas ligações com o Governo de Mussolini e com o Partido Fascista (*Fascio di San Paolo*), e as determinações dos discursos político-educacionais relativos à proposta de nacionalização.

Palavras-chaves: Vargas, repressão, vigilância, escola.

INTRODUÇÃO

O Governo Vargas, de maneira geral, resgatou os discursos vigentes no cenário político brasileiro desde os primeiros anos da década de 1920, que defendiam uma espécie de “modernização conservadora” dos costumes, em defesa da família tradicional (da *mulher-mãe* e do *trabalhador herói*) e do culto à pátria², e por isso, todos os cidadãos deveriam contribuir para a causa maior da nação, o alcance do progresso social.

Com a instalação do Estado Novo a educação funcionaria como um dos pilares de conscientização dos cidadãos para que eles se filiassem ao projeto modernizador, ou seja, os valores morais tinham de ser disseminados dentro do muro das escolas, e também, de dentro para fora, para toda a nação. Do mesmo modo foram utilizados o rádio e outros veículos de comunicação (jornais e revistas), que funcionavam como instrumentos formadores de opinião, para que os cidadãos afiançassem as decisões do poder político que representava a unidade nacional.

Barrar tudo aquilo que pudesse romper com a ordem política idealizada era essencial para a viabilização do projeto político centralizador de Vargas. Deste modo, tanto o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) quanto o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) vigiavam toda a sociedade: o primeiro ficou responsável pela vigilância e repressão dos criminosos políticos e ao segundo cabia a vigilância e censura de veículos de comunicação como programas de rádio, reportagens de jornal, peças de teatro, músicas e obras de arte.

Nesta perspectiva, a escola que se constituía como um fator de coesão em prol do projeto político reinante, também aparecia como um lugar susceptível aos agentes subversivos, que colocavam em risco as intenções políticas centrais nas localidades. E por isso, nesse período também foram fichados no DEOPS, instituições, alunos e professores, tanto de escolas públicas quanto privadas.

² HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

Essa abordagem reascende o tema das propostas político-educacional do governo Vargas, que é contemplado por uma vasta bibliografia historiográfica, mas sob outro viés análise, pois se refere à vigilância e repressão política nas escolas e considera uma nova fonte documental, os arquivos policiais.

Meu interesse neste projeto constitui-se em desvendar o que seria considerado como subversão, aquilo que não deveria ser feito, pensado, falado, no cotidiano de professores e alunos, no contexto de um ambiente escolar, ou seja, aquilo que era visto para os órgãos oficiais como sendo contrário ao cumprimento da idealizada ordem política e social idealizada. Além disso, destacar quais as estratégias utilizadas para justificar e consolidar os poderes políticos, daqueles que tinham a função de “proteger a nação”.

Juntamente com isto, esta pesquisa, ocupa-se também, não somente das acusações, mas da possibilidade de revelar os acusados e dar margem a compreensão dos seus contextos de vida, que foram colocados em questão na dinâmica política do período.

Do contato com a documentação, foram encontrados prontuários referentes a alunos, professores e instituições, sob os mais variados motivos de vigilância, e por isso, no relatório passado, meu trabalho concentrou-se em inventariar-los em tipologias: **alunos** ligados a manifestações estudantis, **professores** acusados de postura não condizente ao seu papel social (postura imoral para um professor), **instituições públicas** vigiadas por conta de alunos ou professores subversivos e por último, **instituições privadas** dirigidas, em geral, às comunidades de imigrantes e seus descendentes que se apresentavam associadas, de alguma forma, a partidos e/ou movimentos políticos exóticos em relação à política oficial brasileira.

A partir dessas tipologias interessei-me em analisar as ações políticas referentes às instituições privadas, no sentido de perceber quais os principais discursos acusatórios. Destacadamente, apresentavam-se as chamadas “escolas comunistas”, em geral escolas dirigidas a um público estrangeiro que viviam nos bairros operários (como o caso da Escola Israelita do Brás) e que foram fechadas e seus professores e/ou diretores expulsos do país.

No entanto, com as determinações do contexto de alinhamento do governo Brasileiro com os Aliados, na Segunda Guerra Mundial, é possível verificar prontuários referentes a professores e instituições que passam a ser vigiadas sob a acusação de “súditos do Eixo”.

Entre essas últimas instituições, concentrei-me nesta nova fase de pesquisa a analisar a vigilância do Departamento de Ordem Política e Social ao Instituto Médio Dante Alighieri, uma instituição dirigida à comunidade italiana em São Paulo e que passou a ser alvo de vigilância política a partir da preocupação policial por suas relações políticas com o governo italiano, nessa época sob o comando de Benito Mussolini. Nestes últimos meses ocupei-me de analisar os prontuários de seus professores e funcionários, e os relatórios de intervenção política e educacional.

Esta pesquisa tem como intuito primordial descrever essas acusações e interpretá-las a luz do contexto político e educacional da época, tanto buscando compreender a perspectiva da acusação quanto dos acusados. Para isso, acrescenta outras fontes e amplia o espectro da historiografia consultada.

Deste modo, vale dizer, que este relatório final, vem para demonstrar a trajetória de pesquisa em torno da formação de um problema historiográfico. Ou seja, cumpro aqui a tarefa de construir questionamentos metodológicos acerca do prontuário como fonte documental e de demarcar, de fato, um tema de pesquisa a ser seguido na pós-graduação: “A educação nacional de Vargas e a vigilância do DEOPS: acusações de uma prática de ensino fascista”.

ATIVIDADES DE PESQUISA

O controle a cargo da polícia política apresentava-se às variadas instituições escolares. Foram fichadas escolas públicas e principalmente, privadas. Sobre estas últimas, a polícia política estava preocupada em desarticular as propostas pedagógicas que se apresentavam, seja por filiação de alguns professores quanto dos próprios dirigentes, em alinhamento com ideologias políticas exóticas às determinações do autoritarismo estado-novista.

Nesse sentido, vale lembrar da relação do Governo Vargas com as ideologias políticas polarizadas na Segunda Guerra Mundial (comunismo,

liberalismo, nazismo e fascismo) e das nações com que se aproximou ou se afastou em certos momentos do conflito:

“Foi na década de 1930 que o Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) ganhou forças, combatendo as idéias e as atividades políticas articuladas por estrangeiros e brasileiros identificados com os ideais democráticos e com a luta antifascista. As técnicas de investigação e as estratégias de vigilância foram aperfeiçoados a fim de detectar o “perigo” representado por esses grupos de resistência, dentre os quais, destacavam-se os comunistas e os anarquistas. Os fascistas e os nazistas, assim como os japoneses, tratados como “perigo amarelo”, só se tornaram visados quando o Brasil optou por entrar na guerra ao lado dos Aliados”³.

A mudança ocorreu em fins dos anos de 1930 e inícios dos anos 1940, quando o governo de Vargas aproximou-se do grupo dos Aliados, mais precisamente dos Estados Unidos, devido principalmente, a acordos financeiros (empréstimos para o desenvolvimento da indústria nacional). E por isso, passou a pressionar a polícia política a repreender não somente as denominadas “Escolas Comunistas⁴” localizadas nos bairros operários, mas também, às instituições e indivíduos que se associavam diretamente aos governos alemão, italiano e japonês.

Ainda a respeito desta mudança de postura:

“Alguns estudos se referem ao poder de barganha que o Brasil desfrutou, no período inicial da Segunda Guerra Mundial, quando Vargas preferiu manter uma dissimulada neutralidade perante aliados e eixistas, favorecendo as negociações de tratados comerciais. Só tardiamente, no começo de 1942, é que o Brasil definiu sua posição de colaborador a causa aliada. Em agosto do mesmo ano, o Brasil rompeu ligações com o Eixo, depois do bombardeio de navios brasileiros por submarinos alemães.

A partir desse momento, os estrangeiros – em especial aqueles que pudessem vir a ser apontados como ‘Súditos do Eixo’ (alemães, japoneses e italianos) – tornaram-se alvo [...] da repressão política nacional. Eles eram vistos como perigosos à construção de uma identidade nacional uma vez que seriam disseminadores de “ideologias exóticas” como o nazismo e o fascismo.

A atenção voltou-se, principalmente, para as comunidades alemã e italiana, pois ambas apresentavam, segundo a polícia e alguns intelectuais orgânicos, um grau de assimilação muito

³ WIAZOVSKI, Taciana. Bolchevismo & Judaísmo: A comunidade judaica sob o olhar do DEOPS. Módulo VI – Comunistas. Coleção Inventários DEOPS. Arquivo do Estado/Imprensa Oficial. São Paulo. 2001. pág. 23-24.

⁴ Vide: Prontuário 1328. *Escolas Comunistas*. Acervo DEOPS/SP. Arquivo do Estado de São Paulo.

baixo. Assim, não só o estrangeiro se tornou alvo de suspeita, mas todas as associações e instituições comunitárias que o representava, como escolas, imprensa e clubes⁵.

Já em 1937, no entanto, iniciativas demonstravam uma mudança de posição do governo Vargas, como, por exemplo, a 'Lei de Nacionalização do Ensino' que exigia uma educação de língua nacional, e não permitia que nas escolas estrangeiras pudessem ser ministradas aulas em outro idioma que não o português. Estas passaram a ser "nacionalizadas". Foram mandados a elas interventores educacionais e políticos que relatavam o ambiente escolar e exigiam mudanças nos currículos e práticas. O "Instituto Médio Dante Alighieri" não ficou de fora dessas determinações.

Nos prontuários, referentes a este Instituto constam boletins de informações sobre a intervenção nacionalizadora. São sobre esses documentos que se fixam as minhas principais motivações para o estudo, no sentido de compreender os discursos policiais que justificavam a intervenção e as acusações de uma prática de ensino desnacionalizadora e, em decorrência de sua aproximação com o governo italiano, responsabilizada como partícipe da disseminação do fascismo no Brasil.

Dentre as descrições que constam no diagnóstico da intervenção, o Instituto Médio Dante Alighieri foi caracterizado como "um pedaço da Itália dentro da cidade [São Paulo]" e por isso, deveria passar por transformações para se nacionalizar. Nesse período, por conta da ação interventora, o Instituto teve até mesmo que mudar de nome passando a se chamar "Colégio Visconde de São Leopoldo⁶".

⁵ DIETRICH, Ana Maria & ALVES, Eliane Bisan & PERAZZO, Priscila Ferreira. Inventário DEOPS: Alemanha, Módulo 1. Maria Luiza Tucci Carneiro (org.). São Paulo: Arquivo do Estado, 1997. Pág. 24.

⁶ A escolha por este nome deve-se a importância de José Feliciano Fernandes Pinheiro, primeiro Visconde de São Leopoldo, no campo educacional, como um dos políticos do século XIX, a defender a criação de universidades no Brasil, para que os estudantes brasileiros não precisassem sair do país para terminarem seus estudos. Ou seja, conhecido como um defensor da educação nacional.



Alunos do 4º ano do então **Colégio Visconde de São Leopoldo** em 1942. In: Centro de Memória do Colégio Dante Alighieri.

Em relatório do delegado Carlos Furtado de Mendonça, constam informações cedidas pelo interventor Adolfo Packer, responsável pela ação policial e educativa na Instituição em questão, que relatou que só se comunicavam em italiano os alunos e os professores, incentivando-se a cultura italiana em detrimento da brasileira. Descreve que os professores eram italianos ou de ascendência italiana e a maioria deles havia estudado na Itália. Afirma, ainda, que os alunos se cumprimentavam com o gesto fascista, havia fotografias de Mussolini pela escola e, por último, que alguns desses alunos formavam ali um corpo de organização juvenil militar fascista⁷:

“As diligências constantes dos dois grossos volumes que constituem estes autos, visam fundamentalmente, demonstrar o acerto da intervenção policial no Instituto Médio “Dante Alighieri”, desta Capital, hoje Colégio “Visconde de São Leopoldo”, para efeito de sua nacionalização. Efetivamente, verifica-se que naquele estabelecimento a desnacionalização de ensino, especialmente no curso secundário, era completa: assim, a começar pelos diretores, vindos especialmente da Itália, por designação do governo italiano, do qual recebiam subsídio, professores, em sua maioria italianos ou filhos de italianos, ensinavam a brasileiros, em sua quase totalidade filhos de italianos, todo programa secundário na própria língua italiana, para efeito de que esses rapazes mais tarde completassem seus cursos na terra de seus progenitores. (...) Constatou-se, além disso, que, no estabelecimento, professores e alunos só falavam o italiano entre si, cumprimentavam-se com o clássico gesto “fascista”, induziam-

⁷ Prontuário 14496: Guido Masci. Arquivo do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS-SP.

se os professores italianos e mesmo brasileiros filhos de italianos a se inscreverem no “fascio”, sendo que nas varias dependências do Instituto viam-se emblemas do partido, retratos do rei Vittorio Emmanuele e de Mussolini, inscrições em italiano, o que tudo bem demonstrava o império ali do regime “fascista”, sendo que até um corpo de “balillas”, a conhecida organização militar juvenil “fascista”, (O.G.I.E), existia no estabelecimento⁸”.

Interessante notar que nas documentações até hoje consultadas por mim no Acervo do Colégio, não foram encontradas menções a esse interventor e muito menos a essas informações. Há somente referências a um inspetor federal que era responsável pelas assinaturas das folhas de atas de matrículas e dos fechamentos de notas, cujo nome era Carlos Neumam⁹.

Além disso, vale dizer que, no Colégio, são raros os documentos desse período da intervenção. Cabe levantar a hipótese que muitos dos documentos, que por ventura foram produzidos nesse período pelo então Colégio Visconde de São Leopoldo, terem sido recolhidos pela própria polícia ou descartados por conta das transformações que estavam acontecendo no ambiente.

Esse relatório com informações da intervenção está anexado ao prontuário do professor secundário Guido Masci, brasileiro, natural de São Carlos do Pinhal, que na época (1942) tinha 39 anos e era casado. Ele fora acusado de ser fascista e dirigente da O.N.D (*Opera Nazionale Dopolavoro*) de São Paulo. Como prova foi anexada uma ficha de filiação a esta organização política, com o nome e endereço de Guido. Em 1945, terminada a Segunda Guerra Mundial, seu caso foi arquivado juntamente com o caso de outros professores dessa Instituição de Ensino.

A comprovação da aproximação de um indivíduo com a ideologia política fascista normalmente caracterizava-se pela existência de fichas de filiação, como no caso de Guido Masci, ou também, pelas próprias atividades cotidianas dos indivíduos. Como os jornais também eram importantes alvos de vigilância pelos agentes policiais, o fato de um indivíduo atuar na produção/organização de um jornal caracterizado como sendo subversivo, incriminava-o.

⁸ Idem.

⁹ Do qual ainda não localizei documentos assinados por ele. Mas, certamente, investirei na busca com a continuação desta pesquisa.

No caso do professor Leonzio Ronconi, a acusação se baseava na sua função de redator do jornal “A Fanfulla”, que era visto pela polícia como um disseminador do credo político eixista. No prontuário de Ronconi constam trechos do livro “*Lo Stato di S. Paolo nel Cinquantenario dell’Imigrazione*” como o seguinte, copiado pelo próprio interventor Adolfo Packer em seu relatório:

“Araldo d’italianità in ogni tempo e apostolo infaticabile dell’amicizia italo-brasiliana, il “Fanfulha” é versamente l’organo della coletività italiana di San Paolo, l’ esatto interprete del pensiero fascista, l’assertore costante delle delle glorie del Duce e del Regime, lo strenuo difensore degli interessi morali e materiali d’Italia¹⁰”.

Ou seja, para o interventor este livro em italiano dirigido à comunidade estrangeira, seria a prova de que o jornal funcionava como disseminador da política fascista entre os italianos radicados em São Paulo. Deste modo, um indivíduo que escrevesse nesse veículo, só poderia ser um fascista confesso.

Ele acrescenta mais o seguinte trecho e reforça em uma nota a participação de Leonzio Ronconi, que era conhecido também, como Gino Ronconi:

*“attualmente la Redazione del “Fanfulha” é cosi costituita; Mario Santalucia, direttore responsabile; Nino Augusto Costa, gerente; Luigi Vincenzo Giovanetti, articulista; Ferrucio Rubbiani, collaboratore; Alfredo Nunzi, Gino Restelli, Francesco Constantini, Luigi Ricci, Emilio Romeo, **Gino Ronconi [grifo meu]**, Odilo Giordano, Giuseppe Menesini, redattori. Sopraintende ai servizi di direzione e di administração il dott. Enzo Santalucia’.*

Devo esclarecer que Gino Ronconi é o nome do periodista, do prof. Leonzio Ronconi, professor desse colégio e afastado do mesmo, segundo instruções dessa Superintendência¹¹”.

Em outro documento em que Packer dá sua opinião sobre o caso dos professores do colégio, ele afirma o seguinte a respeito de Ronconi: “*eu não estaria disposto a responsabilizar-me por um indivíduo que continua a afirmar ser simpatizante ao Fascismo¹²”.* Como não há referências a uma declaração do professor no prontuário, há de se cogitar o fato do interventor considerar a sua atuação do jornal como a sua própria confissão.

¹⁰ Prontuário 14498. Leonzio Ronconi. Arquivo do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS-SP.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

Acrescenta-se a esta acusação, segundo o interventor, o fato de fascistas e anti-fascistas o delatarem:

“– São os próprios compatriotas fascistas do prof. Ronconi que o apontam como companheiro no momento em que o “Fanfulha” era considerado “arauto de italianidade”, “... o Fanfulla é verdadeiramente o exato interprete do “pensamento Fascista” o afirmador constante das glórias do Duce e do regime...”. (Vd. Ofício de 14/11/942, enviado a Superintendência de Segurança Pública e Social).

– Os italianos anti-fascistas que teem olhos benévolos para com Borello e Piscetta [outros professores acusados de serem fascistas] não perdoam ao Sr. Ronconi”.

Conclui afirmando que o próprio professor é responsável por sua condição de acusado, por ferir os interesses nacionais. Packer coloca, desse modo, a educação nacional como algo de extrema relevância.

Tanto esse jornal quanto a próprio Instituto eram subvencionados ideologicamente e financeiramente pelo consulado e em extensão pelo governo italiano, que nesse momento era dirigido por Mussolini. Ambos também, eram dirigidos a italianos e seus descendentes que viviam em um país com uma cultura estranha às de suas origens e viam nessas instituições formas de coesão cultural e de identificação. A perspectiva cultural era um dos pontos de maior atenção da polícia política, posto que entrava em descompasso com as propostas nacionalizantes.

Outro prontuário a ser considerado é o do italiano Carlos Piscetta, que começou como vigilante ou inspetor de alunos (em 1922, quando chegou no Brasil), passou a ser tesoureiro (em 1924) e depois foi confiado a ele o ensino de datilografia no curso técnico de comércio (em 1926). O prontuário versa sob a acusação de ser membro do Partido Fascista. Entre os documentos, consta uma declaração remetida e assinada por ele de 2 de fevereiro de 1942 (ano da acusação) em que descreve sua trajetória na Instituição desde que chegou no Brasil e qual o seu contato com o fascismo.

Ele inicia a declaração da seguinte maneira:

*“ Exmo. Sr. Dr. Fernando Braga Pereira da Rocha
N.D.Delegado de Segurança Política e Social.
C A P I T A L*

Peço licença para expor respeitosamente a V. Excia. as seguintes informações, com referencia a ordem transmitida pela Superintendencia de Segurança Política e Social ao M. D.

Diretor do Colégio Visconde de São Leopoldo, prof. Adolfo Packer, relativa ao meu afastamento do Colégio, e baseada justamente nas minhas respostas num interrogatório a que fui submetido. Espero que elas possam servir a esclarecer melhor minha situação e o meu pensamento¹³”.

Sua intenção com essa declaração estava em pedir ao Delegado que encerrasse o processo e retirasse a acusação. Apesar de confessar sua filiação ao Partido Fascista, esclarece que não tinha intenções próprias para isso, mas que tomou essa decisão sob pressão da direção do Prof. Borgogno e depois do Prof. Attilio Venturi. Ele cita o exemplo de outro funcionário filiado ao *Fascio*, mas que certo dia questionou a ação política do governo de Mussolini na Guerra, e por isso, foi mandado embora do Instituto pela direção. Piscetta afirma que não poderia nem sequer pensar em tomar atitude semelhante, já que tinha família para sustentar:

“(...) quero frizar que a direção do Prof. Attilio Venturi nada mais foi do que a continuação daquela do Prof. Borgogno, aliás em forma mais leve... Pois bem, durante a direção Venturi, o snr. Francesco Gelormini, atual vigilante do colégio e naquela época meu ajudante de secretaria, foi posto na rua só por estar inscrito no Fascio e por ter externado algumas dúvidas reservas sobre a resistência italiana em Líbia, durante a primeira ofensiva inglesa. E eu que já estava inscrito no Fascio, e que pelo próprio prof. Venturi (o Sr. Gelormini o poderia testemunhar) era já considerado desprezivelmente como um fascista puramente de nome, que teria ele feito de mim, se por acaso me fosse retirado? O Sr. Gelormini estava só na vida... Eu tinha e tenho a meu cargo cinco filhos e esposa”.

O prontuário ainda discursa sobre o fascismo na Itália e no Brasil, diferenciando-os como forma de amenizar a sua decisão por se filiar ao partido ao vir morar na cidade de São Paulo:

“No meu depoimento anterior, tendo sido perguntado, falei cantadamente e de maneira absolutamente objetiva sobre o aparecimento do Fascio na Itália. Cheguei a elogiar sua ação, por ter ele ter restabelecido ordem, onde antes reinava o caos absoluto... Mas é preciso reconhecer que tudo isso podia muito bem conseguido por outros meios, seu usar o “manganello” e o óleo de rícínio... Enfim repôs o Crucifixo nas Escolas e resolveu a “questão romana”... Com isso poder-se-ia talvez considerar como terminado a missão histórica do Fascio. Depois disso, a meu ver, poderia o Fascio ter entregue as rédeas do Estado a um Governo Constitucional, que podia

¹³ Prontuário 16887. Carlos Piscetta. Arquivo do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS-SP.

continuar pelo sonho tão bem traçado, e que constituído por diversos homens (e não um só) enérgicos e bem intencionados, não teria com certeza chegado aos atuais desastres... [...]

Quando, repito, em 1923 chegou da Itália para dirigir a Escola o prof. Luigi Borgogno, ele me convidou a inscrever-me no Fascio. É fácil compreender a força de tal convite... E eu que tinha minha esposa que tava para dar à luz o segundo filho, para não perder o emprego fruto de dez anos de trabalho e de sacrifícios, me inscrevi... mais do que isso convencido de que o Fascio tinha aqui no Brasil, caso de ter apenas de uma associação assistencial e beneficente¹⁴”.

Em depoimento anterior, Piscetta acabou por defender o fascismo na Itália, mas argumenta que estava muito nervoso e por isso não conseguiu dizer tudo o que realmente pensava sobre a ação de tal ideologia política. Ele apoiava o fascismo na Itália desde que fosse somente para “restabelecer a ordem”, ou seja, enquanto um projeto político para organizar um território que há muito tempo passava por sucessivas crises políticas e econômicas. Sua própria saída do seu país foi determinada por este contexto. No entanto, acredita que o erro do fascismo, esteve nos excessos, no uso do “manganello” e do “óleo de rícínio”, referindo-se assim, as ondas repressoras e massacres que caracterizaram a ação da política autoritária italiana. Já no Brasil, ele acreditava que a ação do *Fascio* seria mais direcionada ao encontro e à ajuda mútua entre italianos e seus descendentes, e menos à organização ideológica e política propriamente dita.

Sobre as mudanças ocorridas na Itália, encaradas de modo positivo pelo professor Piscetta está à oficialização do ensino religioso, conseqüência da Reforma Gentili.

Há de se verificar que o Instituto Médio Dante Alighieri, tinha como tradição a aproximação com a Igreja Católica e que eram constantes ali cerimônias religiosas, com a presença de autoridades políticas e religiosas, tanto italianas e brasileiras. Muitas das fotografias encontradas no acervo do colégio evidenciam esse cenário:

¹⁴ Idem.



Cônsul italiano em cerimônia religiosa do Instituto Médio Dante Alighieri na década de 1920. In: Centro de Memória do Colégio Dante Alighieri.

Piscetta aborda também a posição do Brasil frente à Guerra e ao seu país de origem e com isso, reflete seu próprio lugar enquanto um italiano que aqui estava vivendo nesse momento:

“QUAL A MINHA SITUAÇÃO NESSA GUERRA

A minha situação nesta guerra é bem dolorosa... Eu amo a Itália por que sou italiano, mas amo igualmente o Brasil porque é a pátria dos meus filhos. [...] A situação não era assim tão triste na outra guerra... Itália e Brasil combateram unidos como aliados, agora o destino quis que estivessem separados... Mas a culpa de tudo isso eu a vejo, não no povo italiano que sempre foi verdadeiro e sincero amigo do povo brasileiro, mas sim no regime que o governa... Que terrível contradição! Vejo uma Itália amiga dos seus inimigos oficiais, e inimiga de seus amigos...!¹⁵”

Para ele o Brasil, não teve outro jeito a não ser o de defender seu território, principalmente, depois da notícias dos “submarinos do ‘eixo’ que tinham afundado em águas territoriais brasileiras”. Ele sentia que algo mudaria entre as duas nações que anteriormente eram amigas, já que “no período das sanções foi o Brasil o único país da América que se conservou fiel amigo da Itália”. Romperiam e, com isso, mudaria conseqüentemente, a ação policial frente aos denominados “súditos do eixo”.

Esse depoimento de Piscetta é um testemunho particular importante no que se relaciona aos contextos políticos em caráter macro. Ou seja, marca o aspecto cotidiano de alguém que vivia as tensões entre as ideologias, tanto do

¹⁵ Idem.

ponto de vista da incriminação, da vigilância, quanto, da delimitação de uma roupagem ideológica particular, relativa à sua localização nesse contexto. Por mais, que ele próprio, tivesse dificuldade em definir sua posição ideológica, o discurso policial, com o qual dialogava, visava à classificação. Para se defender das acusações, ele precisava negociar, entrelaçando uma rede de acontecimentos diferentes a verdades que lhe foram impostas¹⁶.

Por fim, Piscetta argumenta em sua defesa, mostrando ter refletido sobre o que dizer para tentar rebater as acusações. Deste modo, ele procura desmontar através desse depoimento as possibilidades de incriminação. Apesar de não negar sua filiação ao *Fascio*, apela ao delegado justificando a sua falta de opção ao tomar a atitude.

Sobre estes documentos, podemos tirar informações tanto a respeito da dinâmica de investigação policial (a serviço das determinações do Ministério da Educação, Secretarias, e por fim, do Governo de Getúlio Vargas) quanto da estratégia de defesa por parte de um acusado.

O relatório a respeito da intervenção trouxe ao centro quais seriam as atitudes subversivas que condenavam a instituição e indivíduos ali presentes, tanto a partir das acusações quanto das mudanças a serem feitas naquele ambiente. Pude perceber que a nacionalização do ambiente não versava somente sobre a língua, ao fato dos professores e alunos falarem e escreverem em italiano, mas também sobre o caráter comprobatório de práticas cotidianas ou não (no caso da comprovação apenas pela ficha de filiação ao partido ou a *O.N.D*) de apoio e de disseminação do fascismo.

A função do interventor era a de procurar no ambiente, indícios de desnacionalização, que neste caso, estavam condicionados a apresentarem aproximações com o credo político fascista, já que essa escola fora tradicionalmente formada pela relação que tinha com o governo italiano e seus compatriotas que viviam no Brasil. No entanto, cabe destacar que essa instituição estrangeira, por mais que fora diretamente relacionada com o governo italiano desde sua formação, vivia as contingências do contexto político e social da época e passou de modo inesperado, à condição de vítima de incriminações políticas.

¹⁶ Continuarei a tratar deste ponto no item questões metodológicas.

As posições políticas dos professores e dirigentes ruíam o projeto nacional de educação bem como também os discursos políticos de afrontamento à política italiana vigente na época. O Brasil havia tomado como decisão condenar todo aquele indivíduo que de alguma forma partilhasse da política daquele país, que pertencia ao grupo do eixo. Qualquer indício de aproximação com esses governos passou a ser computado como crime de subversão à ordem nacional.

Para muitos italianos, o orgulho de pertencimento à pátria de origem era algo incontestável. Aliar-se ao fascismo muitas vezes era uma forma de manter os laços com a terra de origem. Conforme o fascismo fora se estabelecendo na Itália e a disseminação desse credo era cada vez mais incontestável, para uma instituição italiana de formação, essas contingências das posturas políticas de seu país acabaram pondo em condenação a sua existência.

O relato do funcionário põe em questão nesta análise as suas estratégias de defesa que acabam por revelar sua trajetória no que condiz às contingências políticas na Itália e no Brasil. O seu discurso remonta a um italiano que precisa por em dúvida a própria oficialidade política do seu país. Ele trata do caráter ludibriador do fascismo, que ganhou muitos adeptos por usar como discurso uma pretensa melhora da situação de crise. Situação esta que já havia expulsado ele e muitos compatriotas. No entanto, reconhece que o fascismo seria apenas uma doutrina que escondia em sua propaganda os massacres e outros horrores que levaram a guerra. Além disso, defende a diferença do fascismo no Brasil, mas ao mesmo tempo, diz desconhecer o movimento neste país, por não freqüentar as reuniões e cerimônias.

Cabia à polícia política, mais precisamente ao interventor, a tarefa de nacionalizar o ambiente. As disciplinas deveriam ser ministradas em português e deviam se pautar por assuntos relativos à cultura nacional, fazer com que a biblioteca fosse composta majoritariamente por livros em português e não em italiano, e também, reconhecer no ambiente todos aqueles assumidamente adeptos do fascismo que poderiam influenciar tanto outros professores e funcionário, bem como disseminar a ideologia aos alunos, não somente italianos, mas muitos deles já nascidos no Brasil.

QUESTÕES METODOLÓGICAS

Esta pesquisa centra-se na relação entre as acusações contidas nos prontuários sobre o Instituto Médio Dante Alighieri e os indícios do cotidiano das práticas de ensino e das atuações de seus funcionários, alunos e professores. Pretende averiguar as formas como os discursos acusatórios foram construídos, de modo a destacar o papel da polícia política nas intervenções educacionais, visto que os agentes policiais trabalhavam em conjunto com os agentes político-educacionais (interventores).

A apresentação de alguns dos documentos do Acervo DEOPS evidencia as possibilidades de acesso aos acusados através do acusador, seguindo assim, o modelo de investigação histórica proposta por Carlo Ginzburg, na obra *O queijo e os vermes*, ao procurar pelo moleiro a partir dos documentos da sua condenação na inquisição.

Ginzburg delimita seu campo de análise a um lugar, tempo e sujeito específico, analisa seu processo inquisitório buscando indícios de sua vida cotidiana e procurando traçar seu perfil social. Para este autor, não há casos excepcionais ou casos corriqueiros, a micro-história não pressupõe esta distinção. Isto por que não há casos intratáveis à pesquisa histórica, a seleção de temas a serem trabalhos depende sim, das estratégias que possam torná-lo interessante para o campo científico. Realizar a micro-análise é dizer mais sobre um recorte do real, requer investimento metodológico à parte da simples escolha. Assim a micro-história é baseada em uma teia de múltiplas relações envoltas na delimitação do cotidiano a ser perseguido na pesquisa e os métodos devem dialogar tanto com o geral quanto com o particular, articulando estas duas instâncias em conjunto (“excepcional normal”).

No caso deste trabalho, vimos que o DEOPS relacionava-se com esta instituição vigiando-a com o intuito de garantir a nacionalização e retirar desse ambiente os indivíduos responsáveis pela disseminação de uma ideologia política em concorrência aos discursos políticos oficiais. Essa polícia funcionava em acordo com os ditames políticos do governo Vargas, que esteve bastante interessado na educação como um dos pilares no desenvolvimento de um projeto modernizador, em que os valores morais tinham de ser

disseminados no interior das escolas, e também, de dentro para fora, para toda a nação.

O Governo Vargas, de maneira geral, resgatou os discursos vigentes no cenário político brasileiro desde os primeiros anos da década de 1920, que defendiam uma espécie de “modernização conservadora” dos costumes, em defesa da família tradicional (da *mulher-mãe* e do *trabalhador herói*) e do culto à pátria¹⁷. Nessa perspectiva, todos os cidadãos deveriam contribuir para a causa maior da nação, o alcance do progresso social.

Para Vargas e seu ministério da educação, as escolas estrangeiras deveriam estar cada vez mais distanciadas de suas raízes, para que a educação nacional despontasse como chave para a disseminação da cultura nacional formalizada.

Ao considerar os grupos estrangeiros como foco de análise, este trabalho procura também problematizar uma pretensa homogeneidade. Neste caso, portanto, são destacadas as discussões sobre as noções de *italianidade* ou *comunidade/colônia italiana*. Ao tratar o caso da nacionalização das práticas culturais de modo destacado na vigilância a esta instituição estrangeira, o discurso policial acaba por tratar os italianos (ou descendentes) como sujeitos típicos, ou seja, como representantes de um único grupo social. No entanto, não podemos esquecer que “republicanos, anarquistas, socialistas, comunistas, fascistas e antifascistas dividiram os italianos em múltiplas correntes de esquerda e direita, que mereceram maior ou menor atenção da polícia política de São Paulo, preocupada em conter a rebeldia dos imigrantes avaliados como “indesejáveis”¹⁸”.

Não podemos esquecer que esta homogeneidade soava bem a um território que estava se formando enquanto nação, a Itália tinha sido unificada havia pouco tempo e portanto, comportava diferentes culturas locais e dialetos.

Sob estes aspectos, vale dizer que esta pesquisa centra-se na vigilância menos expressiva em termos quantitativos. A maioria dos prontuários do

¹⁷ HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

¹⁸ SANTOS, Viviane Teresinha dos. *Italianos sob a mira da polícia política: vigilância e repressão no estado de São Paulo (1924-1945)*. São Paulo: Humanitas, 2008. (Histórias da Repressão e da Resistência; v. 8). p. 35.

DEOPS se refere a italianos (e descendentes) envolvidos com atividades políticas de esquerda, geralmente acusados de serem comunistas. No entanto, este trabalho centrou-se na análise dos documentos que se referem a uma instituição escolar italiana e a seus professores e funcionários (todos italianos ou descendentes) acusados de envolvimento com o credo político fascista.

Além de uma possível interpretação generalista a respeito dos sujeitos sociais tratados neste trabalho, vale destacar que a noção de homogeneidade fora marcante também no discurso fascista, já que essa corrente ideológica exaltava a construção de uma nacionalidade italiana, mesmo que em essência fosse uma nacionalidade autoritária e excludente. É por isso, que a desnacionalização da qual se ocupou a polícia política, esbarrava tanto com a evidência de práticas fascistas:

“[...] o fascismo não é sinônimo de nacionalismo. No entanto, é evidente que o regime fascista tinha, entre seus objetivos, a intenção de organizar as massas em um sentido nacionalista e criar, de uma vez, a Itália e os italianos. Diferenças de classe, culturais, regionais e outras seriam eliminadas definitivamente em favor de uma Itália unida, da qual o fascismo seria a expressão.

Assim, o fascismo se autodefiniu como o cimento que iria, definitivamente, reunir os italianos em torno da Itália. O regime também trabalhou de modo obsessivo para criar identificações automáticas dos termos “Itália” e “italianidade” com os termos “fascismo” e “ideologia fascista”¹⁹.

Na possibilidade ludibriadora da formação de uma cultura “verdadeiramente” italiana,

“[...] fica claro que o fascismo tinha o objetivo de unificar o país, mas existiam também outras intenções. O reforço ainda maior do nacionalismo no currículo escolar e a repressão aos grupos autonomistas nas regiões do Alto Ádige e da Ístria, atribuídas à Itália pós-1918 e onde predominavam, respectivamente, as etnias alemã e eslava, também se encaixavam nesse contexto. Ao mesmo tempo, todo o trabalho foi feito procurando fundir a cultura italiana de elite com as manifestações culturais populares e a ideologia fascista, gerando uma cultura “italiana” única, em que Dante e Mussolini seriam equivalentes. Os resultados não foram os esperados, mas algo foi obtido, graças à utilização maciça de modernos meios de comunicação de massa, como o cinema e o rádio²⁰”.

¹⁹ BERTONHA, João Fábio. *Os italianos*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2008. p. 62.

²⁰ BERTONHA, João Fábio. *Os italianos*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2008. p. 62.

Para muitos italianos fora de seu país, este discurso funcionou como um meio de seduzi-los a possibilidade de um resgate forjado de valorização das suas origens. A identificação de grupo permite a eles que se sintam menos oprimidos por suas condições de “desterrados”. O orgulho pela pátria e as diferenças culturais de outra terra, funcionariam como explicação para o isolamento coletivo, a formação de uma comunidade isolada e até a filiação ao fascismo.

Getúlio Vargas culpava os governos anteriores pelo descaso com os grupos estrangeiros ao não apresentarem a língua e os costumes do país onde eles passaram a viver e aos quais tinham de se adaptar, exemplificando esse ponto de vista através da análise do caso das primeiras imigrações de alemães:

“(...) Há noventa anos passados chegava do vale no Vale do Itajai a primeira colônia dos povoados alemães. Decerto modo, no meio de imensas florestas, foram deixados ao abandono. Abateram a mata, lavraram a terra, lançaram a semente, construíram suas casas, formaram as lavouras e ergueram o edifício de sua propriedade. Dir-se-á eu custaram muito a assimilar à sociedade nacional, a falar nossa língua. Mas a culpa não foi deles, a culpa foi dos governos que os deixaram isolados na mata, em grandes núcleos, sem comunicações. Aquilo que os colonos de então pediam era o binômio de cuja resultante deveria sair a sua propriedade. Só pediam duas coisas: escolas e estradas, estradas e escolas. No entanto, a população que prosperava isolada, devido somente ao seu próprio esforço, só tinha uma impressão de existência do governo. Era quando este se aproximava dela como algoz para cobrar-lhes impostos, ou como mendigo, para solicitar-lhes o voto. O governo que se aproximava somente quando precisava dos votos perdia a respeitabilidade, por que vivia de transigências. E á troca desses votos, não vacilava em desprezar os próprios interesses da nacionalidade (...)”²¹

No entanto, o seu governo até o alinhamento com os Aliados não havia se incomodado com o compromisso desses grupos com as ideologias políticas de direita. Esteve preocupado em vigiar e punir qualquer possibilidade de disseminação do comunismo ou anarquismo entre os estrangeiros, muitos deles trabalhadores operários, por conta da possibilidade de contestação de

²¹ Getúlio Vargas, março de 1940, Blumenau. Em: Relatório à Comissão de Nacionalização ao ministro Capanema. Outubro, 1940. Arquivo Lourenço Filho, FGV/CPDOC, p.6. Apud: BOMENY, Helena Maria Bousquet & COSTA, Vanda Maria Ribeiro & SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Carlos Chagas, 2000. p.173.

uma propaganda política que se referia exclusivamente ao progresso econômico industrial e não às condições sociais.

Com aproximação com os Aliados, sob os aspectos do contexto de guerra e conseqüentemente econômicos, já que as nações eixistas estavam fadadas a terminarem perdedoras no conflito, o governo Vargas teve que inserir em sua vigilância aos estrangeiros, a possibilidade de aproximação com os seus governos/políticas de origem. Construiu a partir disso toda uma rede de novos discursos de vigilância e incriminação.

Para as instituições estrangeiras, a exemplo do Instituto Médio Dante Alighieri, esse passado de modificações abruptas está marcado em suas memórias como sendo difícil de ser explicado. As identificações culturais dessas comunidades radicadas no Brasil tiveram, naquele período, de ser revisitadas forçadamente pelo o crivo da vigilância, incriminação e repressão.

Segundo Margarida Cintra Gordinho no Livro comemorativo de 85 anos do Colégio (1996):

“Intervenções passaram a fazer parte do dia-a-dia e, em pouco tempo, o Instituto foi atingido. Ninguém gosta de se lembrar desse período”²².

Com isso, esta e muitas outras histórias relativas a grupos de estrangeiros no Brasil, ainda necessitam de abordagem pela historiografia, de modo a recuperar sujeitos e práticas emaranhadas em memórias ocupadas pelo silêncio.

A repressão aos desvios da ordem social idealizada pelo governo de Vargas e do ministro Capanema é problematizada nesta pesquisa sob a perspectiva das fontes e da historiografia, seja quanto à referência às questões das *representações* ou quanto às *micro* potencialidades históricas.

É por isso que este trabalho pautou-se na contribuição tanto para as discussões acerca da arquitetura do poder político, para analisar o cotidiano da repressão e da própria prática de subversão quanto para identificar outras possibilidades de inserção nas memórias dessa instituição de ensino e também dos sujeitos que ali estavam inseridos.

²² GORDINHO, Margarida Cintra. *Colégio Dante Alighieri: 85 anos*. (Capítulo 2: Tempos de Paz e Tempos de Guerra). São Paulo, Brasil: Editora Marca D'Água, 1996.

Esta pesquisa abrange dois modos de se fazer história que não se constituem em uma tensão e sim, em uma conciliação. Michel de Certeau denomina esses modos, ou *problemáticas* do fazer historiográfico, de *pensável* e *vivido*²³. No primeiro o historiador estabelece uma ordem aos documentos inventariados reagrupando-os em um modelo explicativo econômico, social ou cultural. No segundo o historiador procura resgatar o passado por meio dos vestígios, “encontrar os homens através dos traços que eles deixaram”. Ambos refletem a dinâmica do fazer história que “não pára de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas” e por isso, não precisam requerer o distanciamento do historiador das suas inquietudes que segmentariam a sua forma de trabalho.

A noção de memória passou a ser repensada no âmbito desta forma de abordagem historiográfica. Este trabalho amplia as possibilidades de análise relativas aos documentos, podemos dizer que ele não parte de um único ponto responsável pelo resgate deste passado, e que cada lugar e sujeito²⁴ escondem em si a suas intenções de memorização.

Este olhar para o passado a partir de variadas formas de construção da memória e com isso também a abrangência de aportes documentais remete a uma tendência historiográfica que reconhece a importância da valorização dos sujeitos escolares e de modo mais amplo, de toda uma cultura escolar. Segundo Diana Vidal:

“Invadir a “caixa-preta” da escola, máxima reiterada nas investigações recentes, tem significado também perscrutar as relações interpessoais constituídas no cotidiano da escola, seja em função das relações de poder ali estabelecidas, seja em razão das diversas culturas em contato (culturas infantis, juvenis e adultas, culturas familiares e religiosas, dentre outras). Nessa perspectiva, a percepção de tensões e conflitos no ambiente escolar e nas formas como a escola se exterioriza na sociedade vêm matizando a visão homogeneizadora da instituição escolar como reprodução social”²⁵.

²³ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 46.

²⁴ Seja o Acervo DEOPS, a função da produção dos prontuários no passado, o Acervo do Colégio Dante Alighieri, o contexto de produção dos documentos produzidos pelo antigo Instituto Médio Dante Alighieri (ou depois enquanto “Instituto Visconde de São Leopoldo”, sejam pela acusação ou pela defesa, pelo acusado ou acusador.

²⁵ VIDAL, Diana Gonçalves. *No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e práticas e escolares*. Currículo sem Fronteiras, v.9, n.1, Jan/Jun 2009. p. 26.

A escola, deste modo, é um ambiente constituído por interações sociais. É por isso, que neste trabalho o resgate da cultura escolar não se limita à memória proveniente da instituição escolar em questão, mas trabalha com as memórias que afluem sobre ela em outros lugares sociais, que seriam o DEOPS em primeira instância, como o próprio projeto político estado-novista. Este trabalho também cumpre uma função memorialista, já que traz ao centro mais uma vez, o passado sob diferentes intencionalidades e sob a luz da crítica científica.

AGRADECIMENTOS E RESULTADOS OBTIDOS

Retomando os resultados obtidos do primeiro relatório, vale lembrar que o contato com os prontuários do DEOPS, seguindo a dinâmica da procura por indícios que relacionassem a ação policial com o projeto educacional do Estado Novo, permitiu a este trabalho elencar algumas possibilidades de temas de pesquisa. Estas possibilidades acrescentam ao campo da História da Educação novas fontes e, portanto, novas problemáticas.

No decorrer do contato com esses documentos e da delimitação das variadas possibilidades de temas a serem abordados a respeito da educação e da repressão no período, pude perceber que, até o momento, meu projeto tinha somente uma fonte de pesquisa. Faltava crítica para a formação de um projeto historiográfico e subsídio para fugir à interpretação exclusivamente quantitativa.

Isto havia ficado mais evidente nas vezes que apresentava o trabalho nos encontros com minha orientadora e na elaboração de minha apresentação no Simpósio Internacional de Iniciação Científica (SIICUSP). Nesses momentos, percebia que minhas inquietações a respeito do corpus documental ainda estavam presas tão somente à organização do Acervo. Além disso, a questão da ação policial em favor do projeto político do Estado estava posta de diversas maneiras em muitos trabalhos historiográficos, por mais que não contemplassem exclusivamente a temas relativos à educação. Deste modo, meu trabalho ainda olhava a fonte documental perguntando o que já pode ser previamente respondido.

No entanto, vale dizer que a evidencia dos relatos policiais em razão do valor da educação e de acusação da subversão que ruiriam com o projeto

nacional, incluindo a questão educacional, compunham o elemento novo deste trabalho, trazendo informações importantes para que completassem muitas lacunas dos discursos historiográficos recorrentes.

Mesmo assim, senti a necessidade de fazer outros tipos de perguntas às minhas fontes. Eu havia conseguido delimitar vários campos de análise e segundo minhas conversas com a Professora Diana cabia eu decidir minha trajetória a partir daquilo que mais aguçava minha curiosidade de pesquisadora. Este é um processo de formação comum minha área de trabalho (formação do sujeito historiador).

Em minha trajetória de trabalho vale ressaltar os trabalhos e pessoas que foram importantes para a elaboração deste projeto. Os inventários do projeto PROIN, coordenado pela Prof^a Maria Luiza Tucci Carneiro, por serem os primeiros trabalhos sobre esse Acervo, abriram/abrirão caminhos para a produção de outros muitos trabalhos de pesquisa. Eles tinham a função de divulgar a fonte documental e com isso, abrindo novos campos de trabalhos, cumprindo um papel importantíssimo na preservação de memórias.

Seguindo esta lógica, meu trabalho, vem a cumprir o papel de divulgação da possibilidade de uso desse Acervo no campo da historiografia da Educação Brasileira. E por isso, tem sido muito importante o contato com outros pesquisadores deste campo de pesquisa, e as suas eventuais possibilidades de análise sobre este trabalho. Destaco as contribuições dadas pela minha orientadora a Prof^a. Diana Gonçalves Vidal, e também, por outras professoras do departamento de História da Educação da FEUSP, como a Prof^a. Maurilane Biccas e a prof^a. Maria Ângela Borges Salvadori, além do contato com os participantes e eventuais professores convidados do NIEPHE (Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação). Dentre os participantes quero ressaltar as contribuições da pesquisadora Renata Simões Duarte²⁶, que opera com um mesmo recorte temporal e político que o meu e, além disso, inicia uma pesquisa acerca de documentos da polícia política (DOPS) que versam sobre membros do integralismo brasileiro.

²⁶ Títulos de seus trabalhos: *Integralismo e Ação Católica: sistematizando as propostas políticas e educacionais de Plínio Salgado, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima no período de 1921 a 1945* (mestrado) & *A educação do corpo no jornal A Offensiva (1932-1938)* (doutorado).

Foi por meio da troca de informações, do aprendizado que tive com a experiência profissional destes profissionais e do investimento nas leituras de textos historiográficos, que amadureci minhas indagações e meu trabalho passou a tomar outra direção, nas quais perguntas focaram-se em um problema historiográfico de fato.

Ao longo dos últimos meses com o trabalho centrado na vigilância e intervenção ao Instituto Médio Dante Alighieri, professores e funcionários, foram levados em conta tanto os aspectos referentes ao arquivamento dos documentos tanto no Acervo DEOPS quanto no Acervo do próprio Colégio. Quanto a isto agradeço aqui também, a disponibilidade dos funcionários do Centro de Memória e da Secretaria do hoje, Colégio Dante Alighieri, sempre muito receptivos e atentos ao meu trabalho.

Neste momento caberia constatar que esta pesquisa está envolvida na produção de memórias múltiplas. E por isso, esta discussão teve de ser inserida nos aspectos metodológicos, como ponto fundamental das possibilidades interpretativas desse passado e da preocupação deste trabalho com a crítica historiográfica.

Deste modo, afirmo aqui que este relatório não tem como pretensão esgotar a pesquisa, mas que estes últimos meses encerram-se com a construção de questionamentos metodológicos acerca do prontuário como fonte documental e fundamentaram o tema de pesquisa a ser seguido em um próximo passo, na pós-graduação.

Destaco que nestes meses apesar de entrar em contato com a redação do atual jornal “A Fanfulla”, não localizei os exemplares mais antigos. Os poucos exemplares que encontrei, no IEB (Instituto de Estudos Brasileiros) não tratam do recorte temporal da pesquisa e a os responsáveis pela exposição que ocorreu no Memorial da Imigração, sobre imprensa estrangeira, afirmaram que também, não haviam conseguido exemplares desse período.

Fora isso, não foram incluídos muitos dos documentos consultados no Acervo do Colégio Dante Alighieri que passa por uma fase de organização dos arquivística. No entanto, com a disponibilização iniciada há poucos meses, pude notar que eles serão de imensa importância na continuação deste trabalho.

Para concluir, acredito que estas possibilidades de contato com profissionais, a dedicação às leituras e discussões historiográficas e metodológicas, permitiram a este trabalho um maior respeito aos documentos encontrados. Favoreceram também o diálogo com a historiografia da educação, com as possibilidades de inserção deste tipo de documentação policial, e com o campo historiográfico cultural ao trazer ao centro sujeitos não revelados nos trabalhos que se relacionam ao contexto político e econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMENY, Helena Maria Bousquet & COSTA, Vanda Maria Ribeiro & SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Carlos Chagas, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

DIETRICH, Ana Maria & ALVES, Eliane Bisan & PERAZZO, Priscila Ferreira. Inventário DEOPS: Alemanha, Módulo 1. Maria Luiza Tucci Carneiro (org.). São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

DUARTE, Renata Simões. *Integralismo e Ação Católica: sistematizando as propostas políticas e educacionais de Plínio Salgado, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima no período de 1921 a 1945*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifica Universidade de São Paulo. 2005.

_____. *A educação do corpo no jornal A Offensiva (1932-1938)*. Dissertação de doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. 2009.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2005.

GORDINHO, Margarida Cintra. *Colégio Dante Alighieri: 85 anos*. (Capítulo 2: Tempos de Paz e Tempos de Guerra). São Paulo, Brasil: Editora Marca D'Água, 1996.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

SANTOS, Viviane Teresinha dos. *Italianos sob a mira da polícia política: vigilância e repressão no estado de São Paulo (1924-1945)*. São Paulo: Humanitas, 2008. (Histórias da Repressão e da Resistência; v. 8).

VIDAL, Diana Gonçalves. *No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e práticas e escolares*. Currículo sem Fronteiras, v.9, n.1, Jan/Jun 2009.

WIAZOVSKI, Taciana. Bolchevismo & Judaísmo: A comunidade judaica sob o olhar do DEOPS. Módulo VI – Comunistas. Coleção Inventários DEOPS. Arquivo do Estado/Imprensa Oficial. São Paulo. 2001.

FONTES DOCUMENTAIS

Fotografias:

Alunos do 4º ano do então Colégio Visconde de São Leopoldo em 1942. In: Centro de Memória do Colégio Dante Alighieri.

Cônsul italiano em cerimônia religiosa do Instituto Médio Dante Alighieri na década de 1920. In: Centro de Memória do Colégio Dante Alighieri.

Prontuários:

Prontuário 16887: Carlos Piscetta. Arquivo do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS-SP.

Prontuário 14498: Leonzio Ronconi. Arquivo do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS-SP.

Prontuário 14496: Guido Masci. Arquivo do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS-SP.